

Ata nº 23/2020

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte, às dezenove horas, reuniram-se nesta Casa Legislativa, sob a presidência da vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva, os vereadores Gelso Soares de Brito, Gilmar Lopes de Souza, Isabel de Oliveira Elias, José Sérgio de Carvalho, Jucimar Borges da Silveira, Loreno Feix, Sandro Drum e Teodoro Jair Dessbessel. A Presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura de um texto bíblico que em pé foi ouvido. Posteriormente o secretário fez a leitura da Ata nº 22/2020 que foi posta em discussão, votação e aprovada por sete votos, o vereador Gelso se absteve, pois não estava presente na sessão anterior. O secretário fez a leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 2635, de 23 de junho de 2020 – Declara patrimônio histórico e artístico o Marco de Pedra da Construção da Barragem Maia Filho, como parte relevante do patrimônio cultural do município de Salto do Jacuí e dá outras providências, que veio com parecer favorável das duas Comissões, foi posto em discussão, votação e aprovado por unanimidade. O secretário fez a leitura da Indicação nº 32/2020 – Vereador Jucimar Borges da Silveira – Progressistas - Sugere ao Poder Executivo que providencie a instalação de redutores de velocidade na Avenida Pio XII, consistentes em lombadas de borracha, tamanho 7,5 cm de altura. O vereador defendeu sua indicação. O secretário fez a leitura da Indicação nº 33/2020 – Vereador Teodoro Jair Dessbessel – MDB - Sugere ao Poder Executivo que providencie a canalização das águas pluviais na Rua Dez de Março, antes de receber o futuro calçamento. O vereador defendeu sua indicação. O secretário fez a leitura da Indicação nº 34/2020 – Vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva – PDT - Sugere ao Poder Executivo que providencie a instalação de uma rótula em frente ao Supermercado Cotriel, nesta cidade. A vereadora defendeu sua indicação. O secretário fez a leitura do Pedido de Providências nº 6/2020 – Vereador José Sérgio de Carvalho – Progressistas -

Pede que o Poder Executivo Municipal providencie a instalação de placas de identificação de ruas e bairros no Município para facilitar o atendimento do SAMU, pois está havendo dificuldades na localização dos atendimentos solicitados. O Pedido de Providências foi posto em discussão, votação e aprovado por unanimidade. O secretário fez a leitura do Pedido de Providências nº 7/2020 – Vereador José Sérgio de Carvalho – Progressistas - Pede que o Poder Executivo Municipal providencie a instalação de caixa d'água para os caingangues, na comunidade de Júlio Borges, tendo em vista que os mesmos estão com dificuldades para ter acesso à água. O Pedido de Providências foi posto em discussão, votação e aprovado por unanimidade. Estão baixados nas Comissões: Projeto de Lei do Executivo nº 2616, de 26 de março de 2020 – Altera os arts. 13 e 24 da Lei Municipal 1.388/2005 visando a consolidação da legislação previdenciária com base na Emenda Constitucional 103/2019 e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2632, de 15 de junho de 2020 – Altera o artigo 4º, inciso II, alíneas “a” e “e” da Lei Municipal 2304/17, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito, e dá outras providências; e Projeto de Lei do Executivo nº 2634, de 24 de junho de 2020 – Dispõe sob instalações de condomínios horizontais fechados em glebas situadas em áreas urbanas e/ou zona rural. Na Tribuna Parlamentar o vereador José Sérgio falou sobre a reunião que antecedeu a Sessão; comentou sobre um projeto referente ao esgoto que já havia sido encaminhado para a Câmara no passado, projeto esse que foi reprovado devido à falta de explicações; também parabenizou o Secretário de Obras pelo trabalho que vem realizando nas estradas da comunidade da Tabajara e nas localidades próximas. A vereadora Jane falou sobre a questão do IPTU, que algumas pessoas estariam com dificuldades de pagar os boletos na lotérica, e também de algumas pessoas que estariam pagando um valor alterado; comentou sobre a reunião sobre o esgotamento de fossas

sépticas na qual, juntamente com entidades do município, ficou decidido que o Executivo Municipal irá editar um protocolo para atender as pessoas de baixa renda cadastradas no NIS que terão as fossas esgotadas por uma empresa contratada pelo Município. Nada mais havendo a se tratar, às vinte horas e dez minutos, a Presidente encerrou os trabalhos e vai a presente Ata lavrada e assinada por quem de direito: